

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Daniele Adriana Braz

Possibilidades para a profissionalização de mulheres privadas de liberdade: o caso  
de um Curso de Maquiagem Artística e Estética

Porto Alegre

1º semestre

2015

Daniele Adriana Braz

Possibilidades para a profissionalização de mulheres privadas de liberdade: o caso  
de um Curso de Maquiagem Artística e Estética

Trabalho de Conclusão apresentado à  
Comissão de Graduação do Curso de  
Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de  
Educação da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, como requisito parcial e  
obrigatório para obtenção do título de  
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Lemos da Cunha  
Della Libera

Porto Alegre  
1º semestre  
2015

*Que sempre haja batom em nossas vidas destacando  
nossos sorrisos cheios de alegria;  
Que sempre haja rímel valorizando ainda mais nossa  
forma de olhar o mundo;  
Que sempre haja muito gloss, muito brilho e muito pó de  
pirilimpimpim para transformar momentos difíceis na  
certeza de grandiosas vitórias. (L.M.V)<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Aluna da 1ª edição do curso de maquiagem na Penitenciária Feminina Madre Pelletier

## Agradecimentos

Agradeço à minha família e a família que ganhei ao conhecer o Raphael, pelo amor e apoio incondicional.

Ao Raphael, pessoa com quem amo partilhar a vida. Obrigado pelo carinho, a paciência e incentivo.

As minhas amigas Fernanda, Mariana e Renata, pelas conversas, cafés, apoio, trocas, incentivo. Com vocês a graduação foi mais alegre e cheia de risadas. Nossa amizade fez parte da minha formação e vai continuar presente em minha vida com certeza.

A minha professora, orientadora e amiga Aline, companheira de caminhada ao longo do curso. Eu posso dizer que a minha formação, inclusive pessoal, não teria sido a mesma sem nossos estudos e conversas. Obrigada pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

Agradeço a Elaine e a Luci por terem feito parte da minha formação, pela amizade e por sempre me auxiliaram de uma maneira ou de outra.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica, pelas trocas de conhecimento e experiências.

## Resumo

O presente estudo tem como foco analisar duas edições de um curso de maquiagem artística e estética oferecidos pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), para detentas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP), com o objetivo de problematizar projetos educacionais direcionados às mulheres privadas de liberdade, especialmente àqueles que integram a qualificação profissional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que são apresentadas e analisadas as perspectivas dos sujeitos participantes (BOGDAN E BIKLEN, 1982 *apud* LUDKE E ANDRÉ, 1986), não apenas para “contar opiniões”, mas para refletir sobre as diferentes representações sobre o assunto em questão, apontadas pelos sujeitos. A coleta de dados, para esta pesquisa, foi feita através de entrevistas semi estruturadas, a partir de tópicos-guia (GASKELL, 2002). Foram entrevistados: professores, detentas, gestores do IFRS, que atuaram nas duas edições do curso de maquiagem, e uma agente penitenciária. Partindo dos enfoques na gestão, no currículo e nos direitos humanos das mulheres, foi possível refletir a respeito das duas edições do referido curso. Nossas análises consideram que os cursos ofertados para esse público, tendo em vista os princípios da Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade e ao fato de tratar-se de propostas direcionada ao público feminino precisam, além de integrar o conhecimento da profissão com as diferentes áreas do conhecimento, problematizar os direitos humanos das mulheres com vistas à emancipação destas e ao cumprimento dos objetivos previstos em Lei para a Educação Prisional.

**Palavras-chave:** profissionalização. educação prisional de mulheres. direitos humanos das mulheres.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CNE: Conselho Nacional de Educação

CNPCP: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

EJA: Educação de Jovens e Adultos

IF: Instituto Federal

IFRS: Instituto Federal do Rio Grande do Sul

LDBEN: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEP: Lei de Execução Penal

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social

MEC: Ministério de Educação e Cultura

PFMP: Penitenciária Feminina Madre Pelletier

PNE: Plano Nacional de Educação

PRONATEC/BSM: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego/  
Brasil Sem Miséria

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SUSEPE: Superintendência de Serviços Penitenciários

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>11</b>
2.1 A Educação Prisional .....	11
2.2 Educação Prisional de Mulheres.....	14
2.3 Mulheres Mil e PRONATEC.....	17
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>19</b>
<b>4. ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>25</b>
4.1 Gestão: Proponente e Estrutura dos programas Mulheres Mil e PRONATEC.....	25
4.1.1 Princípios .....	28
4.1.2 Recursos.....	31
4.2 Currículo .....	34
4.2.1 Organização Curricular .....	34
4.2.2 Dinâmica das aulas.....	37
4.3 Direitos Humanos das Mulheres .....	41
4.3.1 Principais aprendizagens.....	42
4.3.2 Aspectos a destacar e reformular .....	43
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>57</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Início este trabalho relatando o que motivou a escolha do tema Educação Prisional, especificamente sobre os Cursos para Mulheres privadas de liberdade. No primeiro semestre de 2012 cursei as disciplinas “Seminário Infâncias, Juventude e Vida Adulta” e “Ação Pedagógica com Jovens e Adultos” que proporcionaram conhecimentos e o interesse em estudar mais sobre a Educação de Jovens e Adultos. Como o curso de Pedagogia tratava basicamente da Educação Infantil e Séries Iniciais optei por me inscrever para uma bolsa na área da Educação de Jovens e Adultos. Atuei como bolsista de Iniciação científica durante dois anos, na pesquisa intitulada “Possibilidades teórico-metodológicas e políticas do currículo integrado para mulheres: estudos sobre a proposta de um curso de maquiagem com abordagem popular e feminista.”, coordenada pela professora Aline Lemos da Cunha Della Libera.

A pesquisa apresentou reflexões sobre a organização curricular na Educação de Jovens e Adultos, especificamente no que se refere às propostas de formação em nível fundamental que articulam escolarização e formação profissional para mulheres. Problematizamos propostas curriculares para cursos na área de estética, focando-nos na área de maquiagem. Este estudo objetivou, através da realização de análise de documentos/registros oficiais (Plano Nacional de Políticas para Mulheres, Parecer CNE/CEB 11/2000, Portal do Programa Mulheres Mil, Propostas curriculares para cursos de maquiagem, dentre outros), grupos de discussão e entrevistas, elaborar um referencial que contribuísse com a articulação de propostas curriculares, tendo como foco a profissionalização, de maneira integrada ao ensino fundamental e com vistas aos Direitos Humanos das Mulheres. Inicialmente, para a realização da pesquisa, foram pensados *workshops* com mulheres, buscando elaborar uma proposta curricular com as bases sugeridas. Este ensaio previa a realização de atividades com carga horária de 20h, onde pudéssemos experimentar um currículo integrado. Porém, a proposta foi ampliada, a partir de uma parceria com o IFRS, para a realização de um Curso de Maquiagem, com carga horária de 160h,



para *mulheres privadas de liberdade*<sup>2</sup>, na Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP).

Por não ter experiência e nem formação na área, iniciei um estudo com a minha orientadora, me apropriando dos elementos de análise propostos por ela em sua tese de doutorado – corporeidade feminina, cuidado estético, saúde mental de mulheres, sensibilização nas práticas educativas e processos emancipatórios de mulheres. Realizei estudos das demais bibliografias utilizadas na pesquisa, através de leituras de artigos e capítulos de livros, principalmente sobre trabalho feminino, educação de mulheres e educação prisional. Um dos desafios foi desenvolver este trabalho, como bolsista da pesquisa na prisão, considerando os inúmeros pré-conceitos sobre o lugar pelo qual, mesmo assim, me senti atraída tendo em vista a oportunidade de poder contribuir com a formação destas mulheres e ampliar a minha formação acadêmica. Depois da primeira visita à penitenciária e do primeiro contato com as detentas, grande parte do que pensava sobre aquele lugar, mudou.

A partir de meus estudos e da observação das aulas do curso de maquiagem na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, surgiu o interesse em aprofundar e discutir alguns aspectos pertinentes a projetos educacionais direcionados à população carcerária, com foco nas mulheres. Neste sentido, contribuir com reflexões sobre a realidade da educação prisional, especialmente no que diz respeito aos projetos educacionais que se colocam ao lado das propostas de escolarização formal e profissionalização das detentas.

Dados de maio de 2015 da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE)<sup>3</sup> sobre a população carcerária brasileira mostram que há forte relação entre baixa escolaridade e encarceramento: 62% (sessenta e dois por cento) não possuem ensino fundamental completo e 3% (três por cento) são analfabetos. A educação em prisões já é oferecida há bastante tempo no Brasil, mas recentemente tem sido objeto de maior atenção dos governos federal e estadual. Iniciativas do Ministério da Justiça e do Ministério da Educação têm ressaltado a importância do trabalho pedagógico, desde que criativo e de qualidade, além de adequado ao universo do sistema penitenciário. Entre as iniciativas propostas pelo Governo Federal com este fim, podemos destacar o interesse na qualificação profissional ou a profissionalização dos apenados.

---

<sup>2</sup> Este conceito é usado pela Rede Latino Americana de Educação em Prisões (IRELAND, 2011).

<sup>3</sup> FONTE: [www.susepe.rs.gov.br](http://www.susepe.rs.gov.br)

A Lei de Execução Penal (LEP), Lei nº 7.210 de 11/07/1984, tem como objetivo “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”, conforme o artigo 1º. A LEP prevê que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso, instituindo como obrigatória a oferta de Ensino Fundamental, integrando-se no sistema escolar. Já o ensino profissional deverá ser ofertado em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico. Ainda de acordo com a LEP, a pessoa presa não perde o direito à educação, que é considerada componente fundamental para o processo de reinserção. Tais propostas educacionais precisam ser articuladas com outras ações formativas e não reduzidas apenas à escolarização. Quando a pessoa é presa todos os seus direitos como cidadão, que não são atingidos pela sentença ou pela lei, devem ser mantidos, como prevê os artigos 3º, 10º e 11º da LEP.

Art. 3º Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

Parágrafo único. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

Art. 10º A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11º A assistência será:

I - material;

II - à saúde;

III - jurídica;

IV - **educacional**;

V - social;

VI - religiosa. (LEP, 1984, grifo meu)

A educação, para Paulo Freire, contrapondo-se ao que ele chama de “educação bancária”, (FREIRE, 2013) é acima de tudo problematizadora, ou seja, está ligada às realidades vividas pelos sujeitos, ao seu contexto social, salientando que o ato de conhecer não está separado daquilo que se conhece. A “educação problematizadora ou libertadora” (FREIRE, 2013), abre espaço ao diálogo, à comunicação, ao levantamento de problemas, ao questionamento e reflexão sobre o estado atual de coisas, na busca incansável por transformação, e é uma prática política, que pode libertar o homem e a mulher de sua ignorância social e possibilitar, assim, a luta pelos direitos básicos, tornando-os capazes de pensar e analisar o mundo.

A educação nas prisões é parte integrante da Educação de Jovens e Adultos, que enfrenta importantes desafios nos contextos em que é ofertada. Segundo Ireland (2011), a EJA, em contexto escolar ou nas prisões, sofre com a falta de projetos e de educadores com formação específica. Craidy (2011) considera que a educação em prisões é um assunto indispensável, que faz parte do avanço e da consolidação dos Direitos Humanos no Brasil e no mundo.

Neste trabalho buscamos problematizar duas edições de um curso de maquiagem artística e estética oferecidos pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), para detentas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP), com o objetivo de problematizar projetos educacionais direcionados às mulheres privadas de liberdade, especialmente àqueles que integram a qualificação profissional. O trabalho está organizado por capítulos. Início este estudo trazendo o referencial do que tem sido estudado sobre educação prisional e o que dizem as leis e pareceres sobre essa modalidade. No capítulo posterior, apresento a metodologia utilizada para realização da pesquisa. Em seguida faço uma análise e a problematização da temática, considerando as entrevistas realizadas e os referenciais. Por fim, faço considerações sobre o tema, a fim de contribuir com propostas curriculares na área de Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A Educação Prisional

Ireland (2011) faz uma crítica ao ambiente prisional como um lugar de não liberdade que retira a independência e autonomia das pessoas e passa a ser uma maneira de punir quem comete algum tipo de crime, ao mesmo tempo em que busca recuperá-los para o convívio social. O dilema que se coloca é que ao mesmo tempo em que a prisão afasta o sujeito da sociedade, deve também favorecer a sua reinserção social. Além das regras impostas pela instituição, existem outros mecanismos que buscam contribuir na reinserção social daqueles que estão presos, como a escola e o trabalho. Atualmente, em muitas penitenciárias brasileiras, ocorrem ações educativas com o objetivo de proporcionar aos presos formação educacional e profissional “que nesse contexto precisam ser entendidas como parte do processo educativo” (IRELAND, 2011, p.26) e direitos previstos em lei. Contudo, várias destas, são apenas reparadoras, com ênfase na alfabetização e ensino fundamental. Essas ações devem superar o caráter assistencialista e deixar de ser tratadas como privilégio. Neste contexto de contradições e desafios é que somos levados a refletir sobre a EJA Prisional.

A educação de pessoas privadas de liberdade faz parte da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, define a Educação de Jovens e Adultos como aquela destinada às pessoas “que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. No artigo 40º, que trata da educação profissional, diz que “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada” e na EJA, a qualificação profissional proporciona a possibilidade de inserção ou reinserção no mercado de trabalho levando a uma melhora na qualidade de vida e emancipação desse sujeito.

O Plano Nacional de Educação (PNE), base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, estabelece como meta oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos

ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. O Parecer CNE/CEB 11/2000 aponta que a educação é chave indispensável para o exercício da cidadania na sociedade. Ela possibilita ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida, possibilitando um nível técnico e profissional mais qualificado.

As Diretrizes Nacionais para a oferta de educação em estabelecimentos penais foram aprovadas pela Resolução nº 3, de 11 de março de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e homologadas pelo Ministério da Educação, por meio da Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 19 de maio de 2010, e estabelece orientações para a oferta e o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos em espaços de privação de liberdade. Nela, reforça-se a necessidade de serem garantidos os recursos públicos necessários para a elevação da escolaridade das pessoas presas, respeitadas as especificidades dessa população. A educação é considerada como um dos meios de promover a integração social e a aquisição de conhecimentos que diminuam os índices de reincidência.

Segundo diversos estudiosos do tema, a educação em espaços de privação de liberdade pode ter principalmente três objetivos imediatos que refletem as distintas opiniões sobre a finalidade do sistema de justiça penal: (1) manter os reclusos ocupados de forma proveitosa; (2) melhorar a qualidade de vida na prisão; e (3) conseguir um resultado útil, tais como ofícios, conhecimentos, compreensão, atitudes sociais e comportamento, que perdurem além da prisão e permitam ao apenado o acesso ao emprego ou a uma capacitação superior, que, sobretudo, propicie mudanças de valores, pautando-se em princípios éticos e morais. (PARECER CNE/CEB Nº: 4/2010, p.13)

No artigo 3º, parágrafo VI do parecer 04/2010 do CNE/CEB diz que a oferta de Educação de Jovens e Adultos em estabelecimentos penais obedecerá, entre outras, às seguintes orientações: “desenvolverá políticas de elevação de escolaridade associada à qualificação profissional, articulando-as, também, de maneira intersetorial, a políticas e programas destinados a jovens e adultos”.

A Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, no artigo 3º, parágrafo VI, orienta que a educação nas prisões, “desenvolverá políticas de elevação de escolaridade associadas à qualificação profissional, articulando-as, também, de maneira intersetorial, às políticas e programas destinados aos jovens e adultos”.

A Lei de Execução Penal (LEP), marco legal mais importante na área, determina expressamente que os estabelecimentos devem oferecer a assistência educacional aos apenados. Na seção V, nos artigos 17, 18, 19, 20 e 21 são apresentadas orientações para a oferta de educação no sistema prisional.

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

**Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.**

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos. (Lei nº 7.210, de 11/7/84, grifo meu)

De acordo com o artigo 126º da LEP o condenado, que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto, poderá remir um dia da pena para cada doze horas de frequência escolar. Essas doze horas devem ser divididas em, no mínimo, três dias.

A LEP traz recursos jurídicos necessários para as mudanças necessárias ao sistema penitenciário e se, efetivamente utilizada, traria benefícios não só para os indivíduos privados de liberdade, mas para toda a sociedade. É importante a participação não só dos que tratam mais diretamente com os apenados, no caso dos agentes penitenciários, diretores de presídios, como também da família dos presos e do governo, que precisa se conscientizar do seu papel e promover investimentos para que, o que está previsto na lei seja cumprido. Não se pode deixar de lado a real intenção da lei, que vai além da pena e não trata apenas das questões relacionadas com o cárcere, mas se preocupa com a reinserção do preso através do trabalho e da escolarização.

## 2.2 Educação Prisional de Mulheres

Segundo dados da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) de junho de 2015<sup>4</sup>, a população carcerária do Rio Grande do Sul é de 31.180 presos, sendo 29.423 homens e 1.757 mulheres. Destas 1.757 mulheres, 237 cumprem pena na Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP). Mesmo que o número de mulheres presas seja inferior ao de homens, são elas que ainda sofrem maior estigmatização, o que pode levar à sua “autoculpabilização pelo fracasso nos papéis sociais” (CUNHA, 2010, p. 163), pré-estabelecidos por uma sociedade machista, em que a imagem da mulher está sempre associada à bondade e ao lar. Para Lagarde (2005) as mulheres estão sempre presa em uma prisão “simbólica”: as esposas à casa, as freiras à igreja, e nesse grupo estereotipado existem as prisioneiras.

[...] ellas concretan social e individualmente lãs prisiones de todas. A pesar de no ser el suyo um reflejo del cautiverio genérico de lãs mujeres, lãs prisioneras viven real y simbólicamente, en el extremo de su realizacion, um cautiverio, de tal manera que el análisis de las presas da luz sobre lãs prisiones diversas en que viven todas las mujeres. (LAGARDE, 2005, p. 642)

No que se refere ao perfil da mulher presa, conforme alguns dados fornecidos no site da SUSEPE, podemos perceber que grande parte delas não tem um emprego formal - 67% (sessenta e sete por cento) da população carcerária feminina tem entre 18 e 34 anos e a maioria está presa por envolvimento com o tráfico de drogas. Corroborando estes dados, de acordo com o relatório final sobre a reorganização e reformulação do sistema prisional feminino, da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres (2007), através de visitas realizadas nas penitenciárias femininas, é possível constatar que

a mulher presa no Brasil hoje é jovem, mãe solteira, afro-descendente e, na maioria dos casos, condenada por envolvimento com tráfico de drogas, sendo que a maioria ocupa uma posição secundária na estrutura do tráfico. (2007, p.35).

---

<sup>4</sup> Estes dados são atualizados mês a mês.

Além disto, expressiva maioria é condenada por envolvimento, em função de relações afetivas ou familiares e, quando presas, enfrentam a situação do abandono dos companheiros.

A assistência educacional na prisão é elemento fundamental ao tratamento penitenciário como meio de reinserção social, conforme prerrogativas legais e, considerando as peculiaridades vividas pelas mulheres, cabe a discussão sobre seus direitos. A formação educacional e profissional é parte do processo que visa contribuir para mudanças e melhoria na qualidade de vida, entretanto poucas mulheres frequentam a escola na PFMP.<sup>5</sup> Para Maria da Penha Risola Dias (2010), um dos fatores determinantes que impedem as presas visualizarem a educação como um meio de transformação é o fato de que algumas mulheres tem baixa autoestima, o que provoca que se julguem incapazes de aprender.

Quando questionadas sobre o porquê das ausências nos cursos realizados nas unidades prisionais, elas respondem: “Eu já sei o suficiente”; “meu companheiro me orienta”; “meus filhos precisam mais que eu”... Respostas que demonstram a desvalorização da mulher na sociedade, que sempre abdicam dos seus direitos em função dos companheiros e dos filhos. (DIAS, 2010, p. 63)

A educação na prisão “não atende aos anseios e a diversidade cultural existente” (DIAS, 2010, p. 63) do público a que se destina. Quando questionadas, muitas mulheres costumam dizer que é importante estudar, porém não participam das aulas por diversas razões, além das vinculadas à sua condição emocional: os horários de trabalho e de estudo são incompatíveis, a penitenciária não proporciona condições necessárias ou ainda, os projetos não atendem às suas expectativas. Tendo em vista estas questões, faz-se necessária uma proposta de trabalho pedagógico voltado à especificidade da população carcerária feminina. A modalidade de Educação de Jovens e Adultos requer um currículo próprio, “de acordo com as funções e sentidos que esta assume para homens e mulheres em processo de escolarização”. (CUNHA, 2012, p.111). Ao pensar na construção do currículo na EJA é importante que se reflita primeiro sobre a constituição da própria EJA e analisar quem são os envolvidos neste processo educacional, sua formação e suas significações. Assim, pensar em um currículo para mulheres presas requer que pensemos nos Direitos Humanos destas mulheres.

---

<sup>5</sup>Conforme depoimento de uma agente penitenciária da PFMP



O documento produzido na Conferência Mundial de Direitos em Viena, em seu artigo 18º afirma:

Os Direitos Humanos das mulheres e das crianças do sexo feminino constituem uma parte inalienável, integral e indivisível dos Direitos Humanos universais. A participação plena das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, económica, social e cultural, aos níveis nacional, regional e internacional, bem como a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo, constituem objectivos prioritários da comunidade internacional.

A violência baseada no sexo da pessoa e todas as formas de assédio e exploração sexual, nomeadamente as que resultam de preconceitos culturais e do tráfico internacional, são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e devem ser eliminadas. Isto pode ser alcançado através de medidas de carácter legislativo e da acção nacional e cooperação internacional em áreas tais como o desenvolvimento sócio-económico, a educação, a maternidade segura e os cuidados de saúde, e a assistência social.

Os Direitos Humanos das mulheres deverão constituir parte integrante das actividades das Nações Unidas no domínio dos Direitos Humanos, incluindo a promoção de todos os instrumentos de Direitos Humanos relativos às mulheres.

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos insta os Governos, as instituições e as organizações intergovernamentais e não governamentais a intensificarem os seus esforços com vista à protecção e à promoção dos Direitos Humanos das mulheres e das meninas. (CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS, 1993)

O movimento internacional de protecção dos direitos humanos das mulheres centrou seu foco em três questões:

- a) a discriminação contra a mulher;
- b) a violência contra a mulher;
- c) direitos sexuais e reprodutivos.

Contudo, o que se observa no contexto atual, ainda é a negação desses direitos para boa parte das população feminina. Pensar um currículo com essas bases torna possível a transformação de pessoas que hoje são tratadas e se compreendem como objetos de direitos, em sujeitos de direitos. Todas as pessoas privadas de liberdade devem ser punidas somente com a privação da liberdade, “e não com a privação de seus direitos humanos e muito menos com a suspensão de sua cidadania” (SPM, 2007, p.83).

### 2.3 Mulheres Mil e PRONATEC

O Programa Nacional Mulheres Mil foi instituído pela Portaria MEC nº 1.015, de 21 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União, em 26 de julho de 2011. Teve sua origem em inspirações e parcerias com o Sistema de Faculdades e Institutos Canadenses e, no Brasil, foi implementado nos Institutos Federais (IFs) “com o objetivo de oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero”, voltada para “mulheres em situação de vulnerabilidade social”, proporcionando “acesso à educação profissional, ao emprego e renda”<sup>6</sup>, a fim de contribuir com a emancipação dessas mulheres. Os primeiros projetos foram implantados em 2007, em treze estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil, com a meta de atingir até o ano de 2010 a formação profissional e tecnológica de cerca de mil mulheres desfavorecidas dessas regiões. Em 2009, o programa foi implantado em outras regiões por meio dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), expandindo e ampliando a oferta. Os IFs, em conjunto com instituições parceiras, eram os responsáveis pela formulação e execução dos projetos de cada cidade ou região, que deveriam estar de acordo com as necessidades de cada comunidade.

A meta do programa considera garantir o acesso à educação profissional e a elevação de escolaridade, porém os cursos oferecidos não apresentam carga horária suficiente para promover esta elevação. Desde a sua implantação em 2007, cerca de 1,2 mil mulheres participaram de cursos profissionalizantes. Para a realização das atividades propostas pelo programa, tornou-se fundamental uma equipe multidisciplinar para estabelecer estratégias apropriadas para cada turma. Os profissionais podem ou não fazer parte dos IF's, necessitando, algumas vezes, de parcerias com órgãos municipais, regionais, entre outros. As mulheres que participam do programa recebiam uma bolsa mensal no valor de R\$ 120,00 para despesas com transporte e alimentação. O Programa Mulheres Mil se baseia numa metodologia de acesso, permanência e êxito.

[...] o processo de aproximação e de diálogo com a comunidade que resulte em inclusão das populações não tradicionais nas instituições educacionais e, conseqüentemente, sua participação efetiva no processo de formação, elevação de escolaridade e de inserção no mundo do trabalho. [...] promovendo a permanência no ambiente das instituições e no mundo do trabalho, com êxito e sustentabilidade, dada a mudança de concepção de

---

<sup>6</sup> FONTE: <http://mulheresmil.mec.gov.br/>

acesso meritocrático e seletivo para um acesso inclusivo e afirmativo. (GUIA METODOLÓGICO MULHERES MIL, p.4)

No início de 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (PRONATEC/BSM).

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de: “expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público.”<sup>7</sup> Os cursos são financiados pelo Governo Federal, ofertados por instituições federais (IFs) e também por instituições do Sistema S, como o SENAI e SENAC.

A Partir de 2013, as instituições privadas, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, também passaram a ser ofertantes dos cursos do Programa. O PRONATEC atenderá prioritariamente pessoas que se encontram em situação de fragilidade socioeconômica, apostando que a qualificação profissional possa aumentar a possibilidade de colocação no mercado de trabalho. (SITE PRONATEC)

Com a integração houve algumas mudanças: o programa Mulheres Mil em seu pressuposto de formação cidadã, baseado na emancipação feminina, permitia a proposição de cursos com ênfase na integração dos conhecimentos escolares e dos saberes específicos da profissão (mesmo que as horas dos cursos não contemplassem a elevação de escolaridade). Já no PRONATEC o viés é diferente, centrando na prática prisional. Todas as ações do Governo Federal, que possuíam algum vínculo com a educação profissional, foram abarcadas pelo PRONATEC. Contudo, mesmo que o Programa Mulheres Mil esteja vinculado ao PRONATEC, deve permanecer, conforme as orientações, o compromisso dos Institutos Federais em garantir a metodologia de acesso, permanência e êxito.

---

<sup>7</sup> FONTE: [www.pronatec.mec.gov.br](http://www.pronatec.mec.gov.br)

### 3. METODOLOGIA

Como já relatado, o interesse em pesquisar a Educação Prisional, mais especificamente os cursos profissionalizantes ofertados para Mulheres na Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP), se deu a partir da minha atuação como bolsista de iniciação científica em uma pesquisa que envolveu o estudo sobre propostas curriculares para a Educação de Jovens e Adultos.

A partir do seu objetivo de elaborar um referencial que contribuísse para a articulação de propostas curriculares tendo como foco a profissionalização de mulheres de maneira integrada aos conteúdos escolares e com vistas aos Direitos Humanos das Mulheres, buscamos a valorização de conhecimentos que historicamente foram reconhecidos como “femininos”. A fim de contribuir com as discussões sobre o currículo do curso que ocorreu na PFMP, implementado pelo IFRS, foi realizado um mapeamento dos cursos de maquiagem sediados na Grande Porto Alegre. Percebemos que esses cursos corroboram para um padrão estético hegemônico e, portanto, contribuem para que isto se perpetue. Tendo em mãos os currículos destes cursos e por meio de reuniões semanais com todos os envolvidos na implementação da proposta destinada à PFMP, discutimos pressupostos para a elaboração da proposta curricular: aprendizagem e conhecimentos significativos, respeito ao ser e aos saberes das educandas, inter e transdisciplinaridade, trabalho docente coletivo, vinculação com o mundo da vida e do trabalho, trabalho como princípio educativo e garantia dos Direitos Humanos das Mulheres. O curso foi pensado por eixos temáticos que articulassem as diferentes áreas do conhecimento e os saberes específicos da profissão de maquiadora, assim organizados:

- Eixo 1 – Maquiar: algumas histórias de mulheres, homens e cores;
- Eixo 2 – Maquiagens e cuidados: valorização do trabalho feminino;
- Eixo 3 – Peles, rostos e formas faciais: pensando para além do que se vê;
- Eixo 4 – O dia-a-dia da maquiagem e a maquiagem do dia-a-dia;
- Eixo 5 – Festas e estilos: maquiagem, beleza e outros “padrões”;
- Eixo 6 – Maquiagens e formas de ser homem;
- Eixo 7 – Teatro, cinema e maquiagem.

Teve início em 17 de outubro de 2013 com término em 13 de dezembro do mesmo ano, realizado em parceria com a UFRGS. Uma segunda edição ocorreu em 2014 com início em agosto e término em outubro. Na segunda edição, o programa Mulheres Mil já estava incorporado ao PRONATEC. A partir da minha participação da primeira edição e o interesse em conhecer a proposta da segunda edição foi elaborada a seguinte questão de pesquisa:

***Quais as permanências, mudanças, avanços e retrocessos encontrados nas duas edições do curso de maquiagem artística e estética, a partir da incorporação ao PRONATEC?***

Diante deste questionamento central os objetivos deste trabalho são:

#### OBJETIVO GERAL:

Verificar e refletir sobre semelhanças e diferenças entre as duas edições de um curso de maquiagem, a fim de contribuir para uma perspectiva mais ampla sobre educação profissional na prisão.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- aprofundar e discutir aspectos pertinentes aos projetos educacionais direcionados à educação de mulheres em situação de prisão;
- contribuir com reflexões sobre a educação prisional na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, especialmente no que diz respeito aos projetos educacionais que integram a profissionalização das detentas;
- problematizar propostas curriculares das edições do curso de maquiagem artística e estética realizados nos anos de 2013 e 2014 na Penitenciária Feminina Madre Pelletier;

Este trabalho trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso realizada em três fases.

[...] uma primeira aberta ou exploratória, a segunda mais sistemática em termos de coleta de dados e a terceira consistindo na análise e interpretação sistemática dos dados e na elaboração do relatório. Essas três fases se superpõem em diversos momentos, sendo difícil precisar as linhas que as separam. (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p.21)

Para Gaskel “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (2002, p.68).

A coleta de dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas com “um único respondente”, a partir de “tópicos guia” (GASKELL, 2002) para orientar a conversa. As entrevistas partiram de questionamentos que julgamos importantes para a pesquisa e foram previamente elaborados a partir de teorias estudadas. As entrevistas semiestruturadas dão mais liberdade ao entrevistador e “se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (LUDKE E ANDRÉ, 1986). Essas perguntas fundamentais que constituem a entrevista semiestruturada, são resultado não só da teoria estudada mas, também, de toda a informação que o pesquisador tem sobre o tema que lhe interessa.

Mais do que em outros instrumentos de pesquisa que, em geral, estabelecem uma relação hierárquica entre o pesquisador e o pesquisado, como na observação unidirecional, por exemplo, ou na aplicação de questionários ou de técnicas projetivas, na entrevista, a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde.[...] Na medida em que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica. (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p. 33-34)

Ludke e André (2002) chamam a atenção para alguns cuidados requeridos para qualquer tipo de entrevista, como: usar um vocabulário adequado ao nível de instrução do entrevistado, respeito que envolve desde local e horários marcados, bem como sigilo e anonimato em relação ao informante. Busquei ter todos esses cuidados, marcando entrevistas nos horários e locais que os entrevistados estivessem disponíveis e apresentei para assinatura um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo o anonimato de cada um. O registro das entrevistas foi feito através de gravação em áudio, com a autorização prévia dos entrevistados. Assim, pude ouvir atentamente e estimular o fluxo natural de informações.

Os sujeitos escolhidos para entrevista foram 2 (dois) professores que atuaram nas duas edições do curso de maquiagem, 2 (duas) detentas que participaram da primeira edição sendo que uma delas participou da segunda edição como monitora, 2 (dois) gestores do Instituto Federal de Alvorada e 1 (uma) agente penitenciária da PFMP. As entrevistas com os professores foram realizadas em suas residências; com as detentas e a agente penitenciária as entrevistas foram realizadas na PFMP; e com os dois gestores dos cursos no Campus do IFRS em Alvorada, em datas combinadas previamente.

Os nomes dos entrevistados foram substituídos para assegurar a privacidade de todos. A escolha dos nomes foi feita a partir dos temas trabalhados nas aulas da 1ª edição do curso de maquiagem.

A seguir, segue um quadro dos entrevistados com os nomes escolhidos, para melhor compreensão:

Professor I – Amon
Professor II – Osiris
Gestor I – Yves
Gestor II – Ogum
Detenta I – Frida
Detenta II – Nefertiti
Agente Penitenciária – Cleópatra
Agente Penitenciária que participou da 1ª edição do curso – Oxum

A escolha por entrevistas com tópicos-guia foi justamente para que cada entrevistado falasse sobre o assunto de uma forma mais natural e estes funcionam como um lembrete ao entrevistador, conforme salienta Gaskell:

[...] a ideia não é fazer um conjunto de perguntas padronizadas em categorias específicas de resposta. As perguntas são quase que um convite ao entrevistado para falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir. Além do mais, diferentemente do levantamento, o pesquisador pode obter esclarecimentos e acréscimos em pontos importantes com sondagens apropriadas e questionamentos específicos. (GASKELL, 2002, p.73)

Foram definidos os seguintes tópicos:

Tópico 1: **Gestão:** proponente, recursos e princípios dos programas Mulheres Mil e PRONATEC;

Tópico 2: **Currículo:** organização curricular, dinâmicas das aulas, aspectos a destacar e reformular nas duas edições do curso de maquiagem;

Tópico 3: **Direitos Humanos das Mulheres:** principais aprendizagens.

As entrevistas iniciaram com uma breve apresentação sobre o tema da pesquisa, a entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a solicitação para gravar o diálogo. Com os gestores, a entrevista foi sobre o tópico 1. As perguntas foram sobre as mudanças no Mulheres Mil - a partir de sua vinculação ao PRONATEC - a estrutura dos dois programas, os recursos financeiros, a elaboração do currículo do curso e os contextos da realização. Já com os professores do curso, o foco das entrevistas foi o tópico 2, tratando do currículo do curso, da relação entre os professores e os alunos, da dinâmica das aulas, da gestão, dos aspectos a destacar e reformular. Para o diálogo com as detentas, o foco foi o tópico 3, sobre Direitos Humanos das Mulheres, o currículo do curso, a dinâmica das aulas, as principais aprendizagens e os aspectos a destacar, bem como seus sentimentos em relação à participação na proposta. A conversa com a agente penitenciária foi sobre os critérios de escolha das detentas participantes dos cursos, a relação da PFMP com o IFRS e a permanência ou a saída das mulheres das turmas.

As entrevistas foram transcritas na íntegra e, posteriormente, as falas que consideramos significativas, de cada tópico-guia, foram organizadas em uma tabela para facilitar as análises.

Dentre as dificuldades para a realização desta pesquisa destaco minha própria condição de entrevistadora. Percebi que, em alguns momentos, poderia intervir mais, quando surgiam novos questionamentos. Por se tratar de entrevistas semiestruturadas, os entrevistados tinham liberdade para discorrer sobre o tema da pergunta e muitas vezes eu ficava com receio de interromper. Acredito que aprender a realizar entrevistas é algo que depende fundamentalmente da experiência. Por mais que se saiba aquilo que se está buscando, adquirir uma postura adequada à realização de entrevistas, encontrar a melhor maneira de formular as perguntas, ser capaz de não induzir uma resposta, ter algum controle das expressões corporais



evitando ao máximo possível gestos de aprovação, rejeição, desconfiança, dúvida, são habilidades que só se constroem com a experiência.

## 4. ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo vamos apresentar alguns dos pontos relevantes das entrevistas realizadas com professores, alunas e coordenadores que atuaram nas duas edições do Curso de Maquiagem Artística e Estética realizado na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. A abordagem está organizada a partir dos tópicos-guia que foram sistematizados para a entrevista e que são considerados categorias importantes a serem discutidas e pensadas para propostas de educação profissional de mulheres privadas de liberdade: *gestão, currículo e direitos humanos das mulheres*.

### 4.1 Gestão: Proponente e Estrutura dos programas Mulheres Mil e PRONATEC.

Segundo as falas de Ogum e Yves, o Programa Nacional Mulheres Mil integra as ações do Plano *Brasil sem Miséria* e é estruturado em torno dos eixos: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, buscando: a formação profissional, a escolarização (que é considerada prioridade), a equidade de gênero, a emancipação e o empoderamento das mulheres por meio do acesso à educação e ao mundo do trabalho.

O sistema foi adaptado para a realidade brasileira e teve seu alvo ampliado prevendo a sistematização de um plano educacional que possibilitasse a elevação de escolaridade com cursos de formação profissional. As mulheres que constituem o público-alvo desta política, são aquelas pouco escolarizadas, das camadas populares e que vivenciem ou tenham vivenciado, violação dos seus direitos (violência familiar e doméstica, pobreza extrema, dentre outros). A construção da metodologia do programa foi pensada para contemplar as aprendizagens adquiridas ao longo da vida e para que essas mulheres desenvolvessem sua autonomia e exercessem de forma plena sua cidadania. Esta perspectiva vem ao encontro daquela que orienta os princípios da Educação de Jovens e Adultos: formação ao longo da vida, em diferentes espaços. Tal princípio é chamado, segundo parecer

CNE/CEB 11/2000, de função permanente ou qualificadora da EJA, a qual é definida:

Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares . Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade. (PARECER CNE/CEB 11/2000, p.11)

O sistema de acesso do Mulheres Mil busca democratizar o ingresso, atendendo diferentes faixas etárias e graus de escolaridade. Fica a cargo dos IFs fazer uma interlocução com as comunidades para identificar o perfil da população feminina e sua situação, especificamente no que se refere à educação e ao trabalho. Para alcançar os resultados pretendidos, segundo informações do site do Instituto Federal do Rio Grande do Sul<sup>8</sup>, o programa é organizado da seguinte forma:

- **Comitê Nacional:** Cabe a esse Comitê, as decisões políticas envolvendo o programa, inclusive o estabelecimento de diretrizes e metas anuais, de acordo com os objetivos estabelecidos.

- **Comitê Executivo Nacional:** acompanhamento e o controle social da implementação nacional do Programa.

- **Comitê Executivo Local:** equipe multidisciplinar da instituição integrante dos Núcleos de Desenvolvimento do Programa, responsável pela coordenação, implantação, monitoramento, avaliação e estabelecimento de parcerias locais. Cada instituição deverá indicar um representante para coordenar as ações e fazer a interlocução junto aos demais Comitês Nacionais e Centro de Referência Nacional.

Já o PRONATEC tem por objetivo ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, demais trabalhadores e beneficiários de programas sociais. É ofertado por escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Institutos Federais, CEFETs e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais), pelas entidades dos Sistemas Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAT e SENAR) e pelas Redes

---

<sup>8</sup> FONTE: <http://www.ifrs.edu.br>

Públicas Estaduais de Ensino. A legislação prevê oferta de apenas duas modalidades de cursos pelo PRONATEC: cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional; e cursos de educação profissional técnica de nível médio.

O PRONATEC atende prioritariamente pessoas que se encontram em situação de fragilidade socioeconômica, para as quais a qualificação profissional pode aumentar a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Os possíveis candidatos aos cursos são encaminhados para as instituições demandantes, que fazem a solicitação do curso, que terão acesso a uma lista de cursos das instituições ofertantes<sup>9</sup>, que executam os cursos. De acordo com a fala de Ogum, com respeito à gestão, o programa Mulheres Mil permitia que os Institutos Federais definissem o público, como foi o caso da primeira edição do curso de Maquiagem Artística e Estética, ofertado para mulheres em situação de prisão. Já no PRONATEC, o procedimento é outro.

O PRONATEC retira, de quem está executando o curso, a definição do seu público, porque o PRONATEC se estrutura em dois parceiros: demandante e ofertante. O demandante é quem pede o curso e o ofertante, que pode ser tanto o IF quanto sistema S, vai lá e diz que curso pode ofertar. Quem seleciona o público é o demandante e a gente perde o poder, por assim dizer, de definir os cursos [...]. (Ogum, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Para a realização da 2ª edição do curso de maquiagem na PFMP, Ogum conta que houve uma articulação junto à SUSEPE. Assim o curso foi solicitado e ofertado através do PRONATEC prisional, cujo demandante foi a Secretaria de Justiça e Segurança e o público-alvo foram as pessoas em situação de prisão em regime fechado e, neste caso apenas da PFMP.

Outra questão apontada por Ogum é que os cursos ofertados pelo PRONATEC têm prazo para início e término. No momento em que o curso é pactuado entre demandante e ofertante é necessário comunicar estas datas. No Mulheres Mil, não. O Curso transcorria de acordo com o ritmo dos alunos e das

---

<sup>9</sup> FONTE: <http://www.ifrs.edu.br>

discussões feitas entre o IF e os professores. Acredito que, por ser um curso ofertado dentro de uma instituição prisional, onde existem muitas peculiaridades e em alguns dias, como aconteceu nas duas edições do curso, os professores não puderam dar aula por questões internas, o tempo de duração do curso tem que ser flexível. É importante na EJA e, também, na EJA prisional que todas as atividades desenvolvidas tenham uma duração adequada para que cada aluno assimile o que o professor está propondo. Importante ressaltar que o diálogo entre o IF e os professores foi muito importante para o andamento do curso e elaboração das aulas.

Na primeira edição do curso, os coordenadores do Mulheres Mil, Yves e Ogum, que eram os gestores locais, também participavam das aulas e das reuniões com os professores, de maneira mais efetiva. Na segunda edição a estrutura mudou: os gestores locais foram substituídos pelo Coordenador geral, pelo Coordenador Adjunto, pelo Supervisor e pelo orientador. A responsabilidade sobre o curso, portanto, recaiu sobre o supervisor e o coordenador do curso, que são bolsistas do IF e não tem vínculo com a instituição. Nesta edição, Yves e Ogum eram Diretores de Ensino no IF e, nas suas falas, manifestaram a tentativa de acompanhar de perto o curso, mas nem sempre foi possível. Pela forma como estava organizado, com uma estrutura hierarquizada, a função de acompanhar as aulas era exclusivamente do Supervisor e do Orientador, porém, na fala dos professores, eles manifestam o interesse de ter a presença dos coordenadores institucionais, como ocorreu na edição anterior, conforme explicitaremos no decorrer deste texto.

#### 4.1.1 Princípios

Para Yves uma das grandes diferenças no Mulheres Mil, após sua vinculação ao PRONATEC, é de que o programa tinha como princípio uma formação cidadã integral, pensada a partir da emancipação dessas mulheres, buscando romper com uma lógica de “formação profissional mercadológica<sup>10</sup>”. Já no PRONATEC há o

---

<sup>10</sup> Conforme relatório da pesquisa já citada, em que participei como bolsista, “‘formação profissional mercadológica’, termo já encontrado na literatura, ora pela defesa da prática, ora criticando-a, trata-se daquela em que os sujeitos participantes são vistos meramente como mão-de-obra. Todas as referências aos seus potenciais, suas histórias de vida e condição, são feitas para potencializar a canalização de sua força de trabalho para o fim a que o mercado os quer destinar. No caso das mulheres, agrava-se pelos estigmas e exclusões providas por uma sociedade desigual, sustentada em princípios androcêntricos e machistas.” (CUNHA, 2015).

estabelecimento de uma relação de trabalho superficial e fragmentada, sem a vinculação com as áreas do conhecimento e as grades curriculares são mais rígidas.

O Mulheres Mil pretendia possibilitar que mulheres em situação de vulnerabilidade social tivessem uma formação educacional, profissional e tecnológica - que permitisse sua elevação de escolaridade<sup>11</sup> -, bem como contribuísse para a emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo. Para mulheres em situação de prisão, a escolarização e a formação profissional, se consolidam como instrumento de reintegração social. Segundo Ireland (2011), a baixa escolaridade é um dos principais fatores da exclusão dos jovens e adultos das atividades econômicas.

O Curso de Maquiagem Artística e Estética, ofertado por meio do Mulheres Mil, possibilitou para aquelas mulheres, além de aprender a maquiar, refletir sobre os padrões de beleza, a saúde, as relações interpessoais e melhorar sua autoestima. Por outro lado, com a vinculação ao PRONATEC percebe-se que o curso teve o foco no fazer, mas não em um fazer consciente, crítico. Os cursos do programa Mulheres Mil, na realidade do IFRS, eram criados de acordo com a identificação do público alvo, visando atingir um número maior de mulheres, reconhecendo e valorizando os saberes construídos por elas, tornando-se cursos mais atrativos.

Amon, supervisor da segunda edição, relata que, no curso ofertado por meio do PRONATEC:

[...] diminuiu muito a questão de socialização que o pessoal do Maria Mulher fez [na primeira edição], questões ligadas à auto-estima das mulheres, questão, por exemplo, dos preconceitos, questões de etnias, negro, enfim, tudo isso que foi muito bem trabalhado antes, nesse curso não houve. Foi mais focado numa formação profissional. (Amon, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

As questões citadas por Amon, são consideradas secundárias à qualificação profissional de mulheres na segunda edição, pois o PRONATEC tem uma

---

<sup>11</sup> Servindo como “porta de entrada” para a formação escolar, já que o Programa Mulheres Mil não previa cursos que integrassem a elevação de escolaridade.

metodologia de trabalho voltada apenas para a capacitação profissional sem a conscientização daquele saber-fazer.

Em 2014, com a integração do Mulheres Mil ao PRONATEC, os cursos que são ofertados devem constar no Guia PRONATEC de Cursos, pois este se torna o grande “guarda-chuva” de todas as propostas de formação profissional no Brasil.

Para Yves, a dúvida era: Como manteriam a metodologia do Mulheres Mil no PRONATEC?

Porque o Mulheres Mil previa a elevação de escolaridade, formação cidadã, até alguns elementos de alfabetização. Como a gente mantém isso num programa que claramente tem uma proposta de formação de mão-de-obra aligeirada, criando uma falsa expectativa nas pessoas de que 160h “salva tua vida”? (Yves, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Esta crítica torna-se bastante relevante no contexto prisional, já que para garantir a efetiva reintegração do preso à sociedade é necessário a integração da educação, trabalho, formação e capacitação profissional privilegiando a formação dos sujeitos, refletindo sobre as suas realidades pensando além dos direitos previstos em lei, mas na perspectiva de mudança de vida e na autoestima.

Não é apenas com capacitação profissional que se conseguirá inserir um egresso penitenciário no mercado de trabalho, pois, diante do grande número de profissionais qualificados desempregados, o mercado se torna cada vez mais seletivo. É importante que se perceba que não é só criar uma escola associada ao ensino profissional, mas sim [...] uma que privilegie a busca pela formação cidadã. (JULIÃO, 2011, p.208)

O programa Mulheres Mil, como foi pensado, tem uma metodologia própria que teve que se adaptar ao PRONATEC e, para Yves, nessa adaptação, não se conseguiu manter a origem.

[...] e uma das grandes questões centrais é que a proposta pedagógica, o fazer dos professores, permitia às mulheres ter uma possibilidade de ação criativa, [em] que se valorizava elas como mulheres. Não era um curso de uma profissionalização repetitiva ou que fosse uma coisa muito tarefista de que, por exemplo: “Você vai costurar 20 mil travesseiros iguais.” Eu acho que isso fez toda a diferença. (Yves, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Para Ogum, outra questão importante é que o PRONATEC prevê uma escolaridade mínima e a exigência de um cadastro único nos programas sociais do governo que, no Mulheres Mil, não era exigido. Muitas pessoas estão em uma situação de vulnerabilidade tão extrema, que não conseguem acessar o cadastro único, por uma série de motivos, e ficam de fora dos cursos oferecidos. No caso das mulheres em situação de privação de liberdade fica muito difícil acessar esses cadastros e existem algumas exigências que não condizem com a realidade dessas mulheres.

#### 4.1.2 Recursos

Quando converso com Yves e Ogum sobre os recursos destinados ao Programa Mulheres Mil, antes e depois de se vincular ao PRONATEC, Ogum diz que o Mulheres Mil tinha um recurso que era descentralizado do governo federal para os IFs e esse recurso era investido na compra de material permanente: impressoras, computadores; e na compra de material de consumo: papel, caneta e outros. No caso do Curso em questão, por exemplo, maquiagem. Contudo, não previa pagamento de professores contando, então, com o trabalho voluntário dos envolvidos e, para ele, esse era um problema sério no Mulheres Mil, que tinha dificuldades para encontrar pessoas que quisessem trabalhar gratuitamente. Demandando a necessidade de profissionais da área de maquiagem, os quais, tinham seus salários deste trabalho, o não pagamento significava que esses profissionais, de certa forma, têm um prejuízo e tiram dinheiro do seu próprio bolso até para o deslocamento, por isso fica difícil encontrar pessoas que quisessem atuar nos cursos, que destinem parte de seu tempo sabendo que não vão receber nada pelo trabalho. No PRONATEC há recursos para o pagamento de professores, mas a questão que vem à tona é o atraso de mais ou menos seis meses para efetuar-lo. Ambos os casos, não pagamento ou pagamento em atraso, resultam em desmotivação para trabalhar nesses programas, o que aponta para a precarização do trabalho destes profissionais. Ogum ainda salienta as mudanças no programa Mulheres Mil quando migrou para o PRONATEC.



[...] Ele perde o poder para comprar material permanente, que tinha antes. Então, a ideia é que o material permanente seja o do próprio instituto. Para o material de consumo, até existe recurso, só que aí cai na mesma lógica dos pagamentos das bolsas: o orçamento para comprar o material de consumo, [...] atrasa. Como eu vou começar um curso hoje e comprar o material para ele daqui há 6 meses? Isso foi um problema bem difícil, também. (Ogum, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Além da precarização do trabalho dos professores que ministram as aulas nos cursos, o atraso das bolsas e dos repasses de verbas também precariza o trabalho dos gestores institucionais, no momento em que falta recurso para compra de materiais necessários para a realização dos cursos e muitas vezes eles tem que levar seus próprios materiais para as aulas.

Nos documentos oficiais, consta que as bolsas dos professores serão pagas mensalmente, nos valores de:

- a) Coordenador-geral: R\$ 50,00 por hora;
- b) Coordenador-adjunto: R\$ 44,00 por hora;
- c) Supervisor de curso: R\$ 36,00 por hora;
- d) Professor: R\$ 50,00 por hora (60 minutos) de aula, em conformidade com as cargas horárias dos cursos;
- e) Apoio às atividades acadêmicas e administrativas: R\$ 18,00 por hora;
- f) Orientador: R\$ 36,00 por hora.

Cada curso tem um valor destinado, que é calculado por meio do indexador denominado “hora-aluno”, o qual equivale a R\$9,00. A “hora-aluno” representa o custo da oferta de 60 minutos de aula para um único estudante. Seu valor abrange todas as despesas de custeio das vagas. Por exemplo, um curso de 160 horas para 25 alunos matriculados receberá o valor total de R\$ 36 mil (25 x 160 x R\$ 9,00).

A realidade é bem diferente, conforme os depoimentos. A segunda edição do curso começou e os recursos para compra de material e pagamento de professores não chegaram. Foram utilizadas as maquiagens que sobraram da primeira edição, as quais foram doadas pela Receita Federal, porém ainda faltavam muitos materiais.

Osiris, professora do Curso, conta que em muitas aulas usava suas próprias maquiagens para que pudesse dar continuidade ao seu trabalho. Relata, também, que não tinha previsão para receber a bolsa e que entravam em contato com a reitoria do IF, mas que não havia esclarecimentos sobre a situação. Disse que as informações que obtiveram foram por meio da mídia, que isso era um problema nacional e que todas as ações do PRONATEC estavam sem receber os recursos. Mesmo com toda essa dificuldade, quando pergunto se Osiris ministraria aulas novamente, a resposta é positiva. Declarou que “não pelo dinheiro, mas por gostar de trabalhar com mulheres presas”. (Osiris, trecho da entrevista realizada em maio de 2015). Nota-se na fala de Osiris a vontade de colaborar para a formação dessas mulheres. É necessário também que o governo garanta o pagamento desses profissionais já que estão trabalhando em um ambiente que muitos educadores têm receio de trabalhar por terem uma ideia pré concebida sobre a população carcerária.

Amon relatou que quando chegou ao terceiro mês sem receber, negou-se a finalizar alguns relatórios que ele como supervisor do curso deveria fazer. Também entrou em contato com vários dos responsáveis pelo PRONATEC na reitoria do IF e as respostas eram sempre insatisfatórias e sem informações mais concretas. As denúncias dos professores vêm ao encontro do que salienta Ireland sobre os cursos ofertados no interior do sistema prisional.

A abrangência da oferta é fundamental no sentido de procurar uma educação para todos. Contudo, a qualidade do processo educativo, que inclui formação e salários apropriados para os educadores, materiais didáticos e recursos pedagógicos adequados e, também, a elaboração de um projeto político-pedagógico – abrangendo e articulando escolarização com outras atividades educativas não formais, de formação profissional, de leitura, de cultura e de educação física – é igualmente central. (IRELAND, 2011,p.30)

Tendo em vista estas considerações é fundamental que as políticas destinadas à formação e qualificação profissional de mulheres, promovam a emancipação de modo que sejam autônomas e protagonistas da sua história. Que deem ênfase para os conhecimentos não formais e que tratem a formação para o trabalho não só como preparação para o emprego, mas a formação para a vida, em todos os aspectos, para compreensão do mundo do trabalho e inserção crítica e atuante na sociedade. Para Yves, “não se sustenta um programa se tu não paga o mínimo paro educador”, o que podemos compreender como um alerta para a necessidade de reorganização do mesmo. Também salienta que

[...]esse problema do PRONATEC não é superficial, ele é central. Isso nos desencoraja a fazer o PRONATEC. Ele se tornou um problema para o IFRS e o IFRS tira o pé e desacelera a oferta desse programa [...]. Nós não temos como fazer o PRONATEC se não tem dinheiro para pagar. (Yves, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Cabe considerar que estas são algumas das questões/dilemas que envolvem a gestão de cursos como o de Maquiagem Artística e Estética. Passaremos a discutir, na sequência, outros aspectos.

## 4.2 Currículo

A articulação dos conceitos “Educação e trabalho”, a partir dos referenciais adotados nesta pesquisa, é fundamental na organização curricular dos cursos ofertados no ambiente prisional, a fim de que estes contribuam para a reinserção do preso à sociedade. Contudo, ainda precisamos problematizar quais as concepções de educação e de trabalho, no sistema penitenciário. Os currículos dos cursos, ofertados nas unidades prisionais são uma das formas de articulação destes conceitos e importantes para que se perceba quais as concepções vigentes. Para Ireland (2011), a educação em prisões integra a Educação de Jovens e Adultos, mas não podemos esquecer que o processo educacional se dá no contexto de uma política de execução penal, para uma população e um contexto específicos e isso impõe algumas questões peculiares que não devem ser desconsideradas na organização curricular dos cursos ofertados.

### 4.2.1 Organização Curricular

Entendemos que o currículo da EJA, neste momento com enfoque na EJA prisional, deve primar por propostas que congreguem a elevação de escolaridade e a formação profissional, ressignificando os saberes constituídos e agregando novos, a fim de contribuir para a atribuição de sentidos e significados ao aprendizado. Com

isto, uma educação que prioritariamente busque não só ampliar o universo de conhecimento deste aluno, mas que também contribuía para ampliação da sua capacidade crítica e criadora. Nesse sentido, destacamos a fala de Amon quando salienta que é importante para a construção do currículo dos cursos ofertados para mulheres em situação de prisão, a participação de todos os envolvidos. Na primeira edição do curso, ofertada pelo Mulheres Mil, foram realizadas várias reuniões com professores, gestores locais do programa, SUSEPE, agentes penitenciários, bem como uma visita à PFMP, para definir a proposta, a partir da metodologia do Programa. Segundo Amon, esses encontros preparatórios foram muito importantes para conhecer um pouco mais da realidade do sistema prisional e dos possíveis desafios à docência. Yves destaca que, no Mulheres Mil, isto era possível, pois o programa era mais flexível e previa horas para encontro da equipe pedagógica do curso, reuniões de planejamento. No PRONATEC estas horas não estão previstas. Conforme Yves

[...] se o professor tem 40 horas, essas 40 horas são em sala de aula, não tem carga horária pra reunião, por exemplo. Ele é horista e recebe para estar em sala de aula, mas eu acredito que não existe um curso sem os educadores se encontrarem. Tu imagina isso na EJA, no sistema prisional. Em 2013 foi mais consistente esse diálogo prévio pra executar o curso, em 2014 foi mais ritmo PRONATEC, pressão em cima de prazo. (Yves, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Amon relata que a conversa em um grupo de *WhatsApp*, foi a maneira que encontraram para trocar ideias sobre o curso. Também como recurso, desmarcaram um dia de aula na PFMP para realizar uma reunião.

No relato de Amon, é possível encontrar elementos para este debate.

Na metade do curso a gente fez uma reunião que o Ogum participou e, a meu ver, foi a melhor coisa que nós fizemos. São detalhes pequenos e nos passam despercebidos, mas quando tu faz uma reunião com os professores, tu chega a conclusões que são muito ricas. (Amon, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Segundo a fala de Amon, para elaborar o currículo da segunda edição do curso, eles retomaram um pouco da experiência da primeira edição, da qual ele participou como professor de maquiagem artística, e estabeleceram um cronograma de aulas para que o curso fosse desencadeado. Trouxe como exemplo o fato de que

[...] Para fazer uma maquiagem mais sofisticada, a aluna precisa ter conhecimento de como preparar a pele e para preparar a pele, ela precisa saber sobre anatomia da pele, sobre cuidados e saúde da pele [...] (Amon, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Contudo, salientou que o que foi programado, não aconteceu, pois a professora selecionada para trabalhar esses aspectos, desistiu da proposta quando soube que o curso seria na PFMP. A falta de preparo, os preconceitos ou o desconhecimento sobre a educação prisional podem ter ocasionado tal desistência. Osiris, professora do Curso, destaca que “as pessoas tem muito medo de dar aula no presídio. Elas têm uma imagem que a gente sabe que não é assim”. Jane Paiva considera que:

A prática pedagógica em condições adversas e ameaçadoras pode significar um desafio para muitos, impelidos a compreender as razões do cárcere e contribuir com processos de aprendizado para sujeitos privados da liberdade e do saber sistematizado. (PAIVA, 2007, p.52)

Quando pergunto para Ogum quem ficou responsável por coordenar a elaboração do currículo do curso, ele conta que no PRONATEC há duas pessoas que seriam, em tese, responsáveis por isto: o supervisor e o orientador. Contudo, Ogum, enquanto diretor de ensino, tentou participar das reuniões com o supervisor e o orientador.

O currículo da segunda edição, diferente da primeira<sup>12</sup>, foi dividido em grandes áreas: maquiagem estética, maquiagem artística, educação social e cidadania, saúde e corpo, vigilância sanitária - dentro dessas áreas seriam abordados os conteúdos. Porém, com a desistência da professora e a demora para

---

<sup>12</sup> Apresentado nas páginas 19 e 20

que outro professor ingressasse em seu lugar, segundo Ogum causada pela burocracia do PRONATEC, o currículo teve que ser adaptado.

Amon ressalta que, com certeza, o trabalho feito para a cidadania, socialização e os trabalhos em grupo, foram um diferencial da primeira edição, o que tornava, o grupo mais harmônico, melhorando a convivência. Já na segunda experiência, que teve uma ênfase mais prática, estas propostas foram suprimidas. As alunas exercitaram muito, que sobre certo aspecto também foi importante.

Osíris destaca que o primeiro curso tinha uma proposta diferente. Os professores percebiam que não era só um foco na maquiagem, como foi o segundo e Nefertiti, uma das detentas cursistas, lembra as aulas da ONG Maria Mulher, na primeira edição, sobre a África<sup>13</sup> e diz que teve muitas coisas diferentes que, na escola, ela não tinha estudado e, no curso, teve a oportunidade de conhecer. Osíris também destaca a falta de uma apostila, com orientações, como foi feito no primeiro curso, envolvendo todo o conteúdo trabalhado nas aulas.

#### 4.2.2 Dinâmica das aulas

Uma das questões que envolvem a dinâmica em sala de aula é a relação entre educadores e educandos. Sobre este tema, Osíris declarou:

[...] Eu fazia com que elas se sentissem muito à vontade. Eu ficava de pés descalços, eu mostrava pra elas que a única diferença entre mim e elas era o conhecimento. Nós éramos iguais, só que eu sabia maquiagem e estava ensinando pra elas. (Osíris, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Nota-se que a professora utilizava inúmeras estratégias para conduzir suas aulas e chamar a atenção das alunas, inclusive ficando de pés descalços. A fala, mesmo supondo que a professora deixava claro quem sabia e quem não sabia, traz o interesse em transmitir o conhecimento e deixa implícita a concepção de que as

<sup>13</sup> Conforme o relatório da pesquisa realizada sobre o Curso, já citada anteriormente, “o objetivo desta discussão mais ampla era problematizar a pele negra, as pinturas e maquiagens naquele continente, que representam o legado de matriz africana.” (CUNHA, 2015)

alunas poderiam aprender e maquiagem, pois a professora desejava que este aprendizado ocorresse. Paulo Freire, sobre esta relação considera que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2011, p.47) e que quando o professor entra em sala de aula deve “estar aberto às indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições”. Fica claro que Osiris criava muitas possibilidades para a construção do conhecimento das alunas, conversando e deixando todas à vontade para que não existissem inibições.

Nefertiti, aluna da primeira turma, diz que as aulas do curso eram “mágicas” e que ela teve outra visão da própria cadeia. Sua fala destaca

Parecia que o curso não era dentro da cadeia, era uma outra visão. A gente teve uma visão pra fora, de aprendizagem, de trabalho, de tudo. (Nefertiti, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

De acordo com Ireland (2011), a educação nos presídios tem a função desafiadora de colaborar para a desconstrução da concepção de que esse é um ambiente de punições e de negação de direitos. É necessário desenvolver uma prática pedagógica voltada para o reconhecimento de que esse deve ser um espaço de vivência temporária, uma passagem para o retorno ao convívio social fora dela. Sendo assim, os currículos dos cursos devem contribuir para a formação de privados de liberdade, homens e mulheres, para serem cidadãos autônomos e capazes de agir em sociedade de forma positiva e preocupar-se com esses sujeitos contribuindo para que busquem alternativas para a sua reinserção na sociedade permitindo assim que acreditem na possibilidade de mudança.

Frida conta que, na segunda edição do curso, as únicas aulas em que as cursistas estavam atentas e frequentes, eram as de Osiris, portanto as aulas práticas. Amon relata que quando a aula não era de prática, havia muita reclamação por parte das alunas. Algumas delas frequentavam só as aulas de Osiris e nas aulas teóricas havia esvaziamento. Para que isto não ocorresse e para não “perder” as alunas, os professores deixavam a aula livre para que elas utilizassem os kits de maquiagem. Tal situação pode nos levar a pensar sobre as questões que tratam da desarticulação entre teoria e prática, na referida proposta. Para as aulas teóricas na

primeira edição os professores levavam atividades significativas que mexiam com a imaginação, curiosidade e criatividade das alunas.

Na segunda turma do curso, as alunas receberam um cronograma com as aulas e os professores de cada dia. No primeiro curso, por orientação da agente penitenciária que acompanhava o curso, este cronograma não foi entregue. Com isso, elas não sabiam quem seria o professor, nem o conteúdo das aulas, prevalecendo a surpresa. Nefertiti destaca que isso gerava muita expectativa e curiosidade e que as motivava a ir às aulas. A participação ativa de uma agente penitenciária, não só na guarda, mas também no planejamento das atividades, possibilitou que a equipe do curso conhecesse a realidade da penitenciária e o que despertava interesse das detentas. Como isto não ocorreu na segunda edição, os professores, com exceção de Osíris, planejaram aulas não muito atrativas e cansativas para mulheres que trabalhavam o dia todo dentro na penitenciária.

Todos os entrevistados também lembraram e ressaltaram a importância da presença de uma agente penitenciária durante toda a execução do curso, apontando para as dificuldades geradas no caso desta ausência.

A falta de um agente ali dentro pra impor mais respeito com os professores, tipo que nem o primeiro, que a Oxum participou, foi perfeito do começo ao fim. (Frida, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Teve um dado muito importante que foi a disponibilização de uma servidora, na 1ª edição do curso pra acompanhar, que foi a Oxum. A direção propôs nesse curso de ter uma pessoa que tivesse as funções como a da Oxum só que acabou não acontecendo da mesma forma. (Ogum, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

O outro curso foi bom, mas ter uma agente foi um diferencial. Se a Oxum tivesse nesse curso teria sido muito melhor, isso fez uma grande diferença. (Osíris, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)



Na 1ª versão do curso a gente nunca teve situações limites como a gente viveu dessa vez. Acho que por conta da ausência desse agente né? (Amon, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Percebemos que a falta de um agente penitenciário exclusivamente destinado ao curso, que acompanhasse o processo do começo ao fim, causou muita tensão e situações que não ocorreram na primeira edição, por sua presença ativa. Isto também nos leva a pensar que as propostas para a educação nas prisões precisam congregiar docentes, equipe técnica e guarda.

Sobre a segunda edição, os entrevistados destacam, também, as desistências. Das 30 alunas que iniciaram, 15 concluíram. Na primeira edição, das 30 alunas que iniciaram, 27 concluíram (duas transferências e uma saída em liberdade). Destacamos alguns dos depoimentos

Quando foi o curso de vocês [primeira edição] a Oxum se envolveu e então, ela sabia quem tinha o perfil e para quem deveria dar oportunidade. Na segunda edição, não foi criterioso. Das 30, se formaram umas 15. Na 1ª edição foi só a galeria B1, primária e 8 do B3, e agora não, foi misturado. Aí foi onde deu o embate. As gurias que desistiram do curso estavam se sentindo ameaçadas, foi bem complicada essa segunda turma. (Cleópatra, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Foi a primeira vez que o presídio fez de juntar mulheres de galerias distintas em um mesmo grupo e isso nunca nos foi dito. Tinha mulheres de galerias diferentes, a gente sabia, mas não sabia que existia toda uma questão entre elas né? e então, houve casos de bullying [...] entre elas. Existiam algumas que trabalhavam nas cooperativas, outras no próprio presídio e aí existe toda uma questão que as outras que não trabalham no presídio veem muito mal essas que trabalham. Elas chamam de colete de porco. [...] a galeria C, eram das que trabalhavam na cozinha e ao longo do curso foi havendo uma desistência destas mulheres e, por fim, alunas que iam muito bem abandonaram o curso. (Amon, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

A LEP prevê que as detentas sejam separadas por galerias, de acordo com a pena e o crime cometido. Sendo assim, quando se formam turmas, são necessários alguns cuidados básicos como, por exemplo, a disponibilização de um agente penitenciário que oriente esta organização. Como já salientado, trata-se de um ambiente prisional, onde as medidas de segurança integram-se aos projetos educacionais. Reconhecendo que não há neutralidade nas práticas, cabe salientar que, nem sempre, há um diálogo entre as partes, o que ocasiona como já visto nos depoimentos, tensões e conflitos durante as aulas. Este descompasso entre a guarda, os setores e os docentes por consequência, traz reflexos nos sujeitos que ali se encontram inseridos.

#### 4.3 Direitos Humanos das Mulheres

A educação é direito de todos e é necessária para a conquista de outros direitos fundamentais. Para Gadotti “o direito à educação não pode ser desvinculado dos direitos sociais. Os direitos humanos são todos interdependentes. Não podemos defender o direito à educação sem associá-lo aos outros direitos”. (GADOTTI, 2010, p.42). Considera, também, que a educação prisional é raramente reconhecida como direito, dependendo muitas vezes da boa vontade da direção dos estabelecimentos penais. A Lei de Execução Penal explicita no seu Art. 3º que “ao condenado e ao interno serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei”, incluindo “instrução escolar e formação profissional” (Art.17º), portanto, trata-se de um direito a ser assegurado.

A compreensão do processo educacional nas prisões, exige um olhar diferenciado às apenadas, pensando em um currículo que tenha como princípio os direitos humanos das mulheres. Na primeira edição do curso, foram discutidas, em todas as aulas, questões como violência contra a mulher, preconceitos, igualdade entre os sexos, dentre outras temáticas pertinentes. Para Nefertiti e Frida o primeiro curso foi “completo”, com aulas práticas e discussões. Nos relatos salientam que, quando elas estavam na aula, era como se estivessem fora da penitenciária. Foram estabelecidas, outras formas de convivência e relações. As apenadas lembram, nos seus depoimentos, de uma frase dita pela agente penitenciária que acompanhou o

curso: “Só o corpo de vocês está preso, a mente é livre”. Havia outras liberdades para pensar, para se manifestar. Na segunda edição, Frida relata que não havia discussões com os professores, como houve na primeira turma e que as alunas não conseguiam debater um assunto, sem desentender-se.

No segundo dava muita briga. O debate delas era se levantar e virar as costas. No primeiro, a gente debatia bastante. (Frida, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

A educação no sistema prisional não pode ser apenas voltada ao ensino, os professores têm que estar preparados para dar aula num contexto especial de prisão e saber lidar com conflitos, com riscos, mas sempre amparados pela guarda para que não ocorra, como aconteceu na segunda edição, o desrespeito com os professores e discussões entre as alunas.

#### 4.3.1 Principais aprendizagens

Neste subtítulo destaco falas sobre as principais aprendizagens, consideradas por uma das cursistas da primeira edição. A entrevista foi feita com apenas uma cursista, pois as outras já estavam em liberdade na data de realização da mesma.

[...] foi importante porque eu tive outra visão da cadeia. A gente chega aqui e vê o preconceito, né? Mas os professores nos trataram como se a gente tivesse lá fora. O curso mostrou pra gente que existem outras formas, outras portas de saída, abre horizontes pra gente. (Nefertiti, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

A partir da fala de Nefertiti nota-se que a comunicação com os professores, fez com que as detentas saíssem um pouco do isolamento e refletissem sobre sua própria situação. A forma como os docentes tratam as alunas é de extrema relevância para o trabalho educativo na prisão.

Outra questão que aparece nos depoimentos é sobre os trabalhos em grupo, como uma forma de trocar saberes e de exercício ao respeito das diferentes opiniões.

Por mais que várias não gostassem uma da outra, mas ali tavam unidas pra fazer todos os trabalhos que eram pedidos. Não tinha essa né? Às vezes, os próprios professores que dividiam os grupos e dava tudo certo. Ninguém miava. (Frida, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

[...] como o primeiro não vai ter porque foi muito bom, muito empenho, tanto das presas, quanto dos professores. Foi bem completo. Eu nunca vou esquecer. (Nefertiti, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Percebemos que a vontade de aprender supera as diferenças e que a partir do trabalho educativo, as detentas aprendem a ter uma nova visão de si e dos outros com quem convivem.

#### 4.3.2 Aspectos a destacar e reformular

Retomando as entrevistas, para uma terceira edição, as depoentes consideram que as aulas deveriam ser teórico-práticas. Na primeira e na segunda edição, mesmo com a tentativa da primeira em organizar o currículo de forma a não separá-las, houve estas distinções.

No primeiro a gente debatia bastante. As gurias reclamavam bastante no segundo, mas elas aprenderam a maquiagem, foi bastante prática. Isso foi melhor, as aulas práticas, mas por tudo, o conjunto todo o primeiro foi melhor. (Frida, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Osiris também destaca que na primeira turma do curso houve maior articulação entre teoria e prática. Já na segunda, as aulas eram mais práticas, até porque quando eram propostas aulas teóricas, as alunas não gostavam e se negavam a participar. Na primeira edição, mesmo com algumas resistências, as alunas se integravam à proposta, pois eram pensadas aulas mais interativas e articuladas com o cotidiano como, por exemplo, as discussões das aulas de química onde até a professora ficou surpresa com a reação das alunas quando ela distribuiu pirulitos “pinta a língua” para falar de corantes artificiais. Trago uma citação do Trabalho de Conclusão de Curso desta professora de química, o qual tratou de sua breve experiência na EJA Prisional (durante o curso).

A fim de proporcionar um momento de descontração e elucidar uma discussão sobre corantes, tive a idéia de levar alguns pirulitos coloridos do tipo “pinta a língua”. Fiquei surpresa com a agitação que os doces causaram. Todas pediam pelos pirulitos e a agente penitenciária disse que ia distribuir um para cada uma e guardar o restante para depois. Ficaram calmas novamente e vendo a minha surpresa, explicaram que elas nunca comiam doces na penitenciária, nem uma bala. (SILVA, 2014, p.49)

[...] Por outro lado, nesse curso [segunda turma], a gente teve mais oportunidades de experimentar maquiagem e isso foi muito rico. A gente pode perceber mais o crescimento delas dentro do tema, foi um curso muito prático. (Amon, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Uma das diferenças que Cleópatra aponta foi a seleção das cursistas. Na primeira edição, houve a presença ativa de uma agente penitenciária e como foi ofertado pelo programa Mulheres Mil, houve também mais tempo para realizar tal chamamento. Na segunda edição, Cleópatra relata que a seleção teve que ser feita às pressas, o que causou a mistura das galerias e os conflitos.

[...] de uma semana pra outra que eles (IF) vieram aqui e disseram “tem até dia 30 pra começar o curso”. Aí, no domingo, estava eu aqui fazendo cadastro do pessoal, porque nem todas tinham documento e as selecionadas precisavam ter documento. Eu sabia quem tinha documento, quem não tinha. A gente fez uma pré-seleção, foi isso que aconteceu [...] (Cleópatra, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Conforme Cleópatra, após esta experiência, a PFMP percebeu que não era conveniente misturar as galerias, para a realização de cursos. Consideramos que a “mistura” seria pertinente, caso houvesse uma proposta para tal, que congregasse projetos educacionais e de segurança. Neste caso, poderia ser uma tentativa de superação do bullying e da inimizade entre as mulheres, porém, pensar nesta possibilidade sem as devidas medidas de segurança e sem um projeto educativo bem articulado, torna-se inviável potencializando tais situações.

Outra questão apontada por Amon refere-se à equipe em sala de aula. Na primeira edição, os professores buscaram ministrar aulas em docência compartilhada e além deles, também participavam a agente penitenciária e uma bolsista de iniciação científica. Na segunda edição, os professores ficavam “sozinhos” com a turma.

Tu vê né? Tu ter uma pessoa a mais, parece uma bobagem, mas tu fazia parte de um grupo de pessoas que estava sempre lá. A gente tinha uma agente, tinha tu que era bolsista e um ou dois professores. Aí essas 4 ou 5 pessoas, parece um exagero, mas no fim das contas é fundamental. Dois professores sozinhos com 30 mulheres [...] (Amon, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

A docência compartilhada possibilita trocas de opiniões e o olhar mais atento para cada um dos alunos, e pode ser compartilhada entre dois ou mais professores, isso “promove um melhor acolhimento dos educandos, assim favorecendo que se estabeleça uma relação de companheirismo, pela possibilidade de maior aproximação dos mesmos” (MONTEMEZZO, 2014, p.20). Na EJA prisional essa relação é muito importante para que exista mais tranquilidade entre professores e alunos. A falta da guarda no planejamento e no acompanhamento do curso em si, para além da função de tutela, como já destacado, também foi considerado um aspecto a rever.

Nesse curso a gente teve um diferencial que foi a não presença de um agente penitenciário,[...] e isso causou um ruído, alguns atos de comportamento que prejudicaram bastante o curso. Não tínhamos essa presença [constante]. (Amon, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

[...] Bah a gente trabalhava até às 17h, só tomava um banho e já ia pra aula. Tinha dias que a gente tava morta de cansada e a Oxum dizia: “Vamos” e a gente não se arrependia, era muito bom. Ela foi mais que agente. (Nefertiti, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Nota-se que a falta da guarda, dedicada exclusivamente para acompanhar o curso, não interferia apenas na segurança, mas também na motivação e no andamento das aulas. Reiteramos aqui que educação e segurança precisam caminhar juntas quando a temática é o trabalho nas prisões, para além da função de tutela e disciplina. Embora reconhecendo a dimensão educativa do seu trabalho e realizando suas funções dentro da PFMP, consideramos que a presença de um agente penitenciário e de um membro da equipe técnica, com exclusividade na execução da proposta, é primordial.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização deste trabalho de conclusão de curso busquei, a partir das entrevistas e com amparo teórico, analisar duas edições de um curso de maquiagem artística e estética oferecidos pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), para detentas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP), com o objetivo de problematizar projetos educacionais direcionados às mulheres privadas de liberdade, especialmente àqueles que integram a qualificação profissional. Percebe-se a importância da oferta de cursos que integrem a escolarização com a profissionalização, e que, conforme as análises aqui propostas, esses cursos devem ser teórico-práticos.

Em princípio, a finalidade das sentenças, ao mesmo tempo que visam punir as mulheres, também pretendem garantir a reinserção destas na sociedade. Contudo, para que isto seja possível, os projetos voltados para esse público devem primar por uma metodologia específica com ênfase na socialização e que ofereça a elas possibilidades de reconstrução da sua identidade e resgate da cidadania. Ao se pensar em projetos voltados para reinserção social, estes devem ser associados a atividades que contemplem o trabalho e a educação, mas sem o objetivo de apenas manter as presas ocupadas, sem qualquer contribuição efetiva para a pessoa humana.

A partir das falas das detentas percebe-se a importância de que cursos, como o de maquiagem, sejam ofertados na prisão. O depoimento de Nefertiti aponta para esta consideração: “[...] ‘Tiraram’ a gente de dentro do Madre [...] O curso mostrou pra gente que existem outras formas, outras portas de saída. [...] Muito bom, espetacular, uma magia. [...] Quando vejo minha mãe chorando... primeira formatura né?” (Nefertiti, trecho da entrevista realizada em maio de 2015).

A liberdade vai além da relação com o espaço físico. É possível restringir a liberdade do ir e vir, sabendo-se que o direito à educação e à profissionalização devem ser garantidos, de modo que possa ser essa uma nova dimensão da liberdade. O direito à educação da pessoa presa está apoiado em diferentes leis e ao tratar o tema da educação nas prisões, como parte integrante da Educação de Jovens e Adultos, representa a luta pelo direito à educação para todos, mas,



principalmente, garantindo que sua oferta não se resuma aos processos compensatórios de transmissão e aquisição de conhecimento.

Destaco também a importância de superar a visão aligeirada de formação que o PRONATEC tem apresentado para os cursos como os vinculados ao Programa Mulheres Mil, com ênfase na preparação de mão de obra para o mercado de trabalho, desconsiderando uma formação crítica. Entendemos que a formação profissional deverá ter componentes específicos da sua área, sem que se torne descontextualizada, por isso a importância de ser integrada à escolarização. Os projetos com este fim precisam estar adequados à diversidade e, no caso específico tratado neste trabalho de conclusão, das mulheres jovens e adultas privadas de liberdade, por suas especificidades no que se refere ao processo de aprendizagem, com base nas concepções de educação inclusiva e de equidade, voltados para uma formação cidadã.

Uma observação importante é que todos os entrevistados destacaram que, na primeira edição do curso em 2013, uma agente penitenciária esteve presente em todas as etapas do curso, acompanhando todas as aulas, contribuindo na organização curricular e no andamento da proposta pedagógica do curso. Na segunda edição foi diferente: os professores não contaram com a participação dos agentes penitenciários em todas as etapas de planejamento e também não foi possível fazer a visita à PFMP antes do início das aulas. Percebe-se nas falas de todos os entrevistados que a participação dessa agente, na primeira edição, foi um ponto muito positivo para que o curso acontecesse, corroborando a ideia de que o trabalho na EJA prisional deve congrega a educação e a segurança. Havia a presença da guarda, mas não da dimensão pedagógica do trabalho dos agentes.

Outra questão abordada foi a desistência de uma das professoras selecionadas para ministrar aulas na segunda edição do curso, quando soube que o mesmo seria oferecido dentro da PFMP. Esta questão é relevante para pensarmos sobre a formação de professores, pois na prisão, o contexto é diferente das salas de aula fora dela. Na segunda edição, a equipe de professores era bem menor do que na primeira, o que ocasionou o fato de que conteúdos como saúde e cidadania, vigilância sanitária, educação social, não foram abordados, mesmo tendo sido previstos.

Um entrevistado citou a importância da docência compartilhada em turmas destinadas aos apenados, tendo em vista as questões de bullying e de atenção às

alunas durante as aulas, não conseguindo auxiliar a todas sem muita espera. Uma formação prévia, é de extrema importância, como aconteceu nos encontros com a agente penitenciária que acompanhou a primeira edição. A falta de formação e informação dos professores para atuar nas turmas que se destinam a pessoas privadas de liberdade, ainda é um problema que se inicia no processo de formação desses profissionais que têm a necessidade de compreensão sobre qual educação deve ser desenvolvida no interior das prisões. Como já relatado, a educação nos presídios faz parte da Educação de Jovens e Adultos (EJA), porém com objetivos específicos que vão além da EJA em outros espaços e para pessoas que estão em liberdade, pois devem melhorar a qualidade de vida dos detentos e prepará-los para a reinserção, sem ser vista como uma segunda chance e sim como um direito fundamental previsto em lei.

Uma questão a se pensar é o que acontece com as detentas quando os cursos acabam ou quando elas saem em liberdade. Em suas falas, fica nítida a falta de um acompanhamento pós-curso e, conforme depoimento de uma agente penitenciária, as mudanças de postura eram visíveis: iam desde a maquiagem para a recepção das visitas, até a melhoria das relações com os familiares. Contudo, tais vivências podem ser muito sofridas para as mulheres, tendo em vista que os meses de “aulas mágicas” terminam e a rotina na prisão, permanece.

São muitas as dificuldades e desafios a serem superados com vistas à oferta de cursos para profissionalização e educação de mulheres, com qualidade, nos espaços de privação de liberdade. Além da manutenção dos programas sociais e, especificamente, os que se referem à formação profissional, considera-se a necessidade de revê-los, tendo em vista as denúncias de atraso de verbas para compra de materiais, atraso no pagamento de professores, currículos tecnicistas, formação aligeirada sem uma reflexão do saber e falta de articulação da educação profissional com o ensino regular.

Por fim, ao fazer este trabalho de Conclusão de Curso fica mais clara para mim a necessidade de nós, profissionais da educação, fazermos a diferença por meio da educação, na vida dessas pessoas privadas de liberdade. É necessário desenvolver no sistema prisional uma educação que seja significativa, que os sujeitos encarcerados compreendam a importância da mesma. Acredito que a educação prisional deve estar sempre preocupada com a promoção humana, procurando tornar o sujeito cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua

situação para intervir nela. Durante a realização da pesquisa muitos me perguntaram, “mas vale a pena investir em presos?” e eu respondia com outra pergunta: “para ti, vale a pena investir no ser humano?”. É no espaço da sala de aula que podemos colocar nossas intenções de transformação, de mudar atitudes, capacidades e ideias. A educação e a profissionalização são meios de oportunizar a socialização, na medida em que oferece ao aluno outras possibilidades.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação.** Brasília, DF: INEP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.** Ministério da Justiça. Brasília, Dezembro de 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº2, de 19 de maio de 2010.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CBE nº 11/2000 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Conselho Nacional de Educação (CNE). Brasília: MEC, maio de 2000. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf)> Acesso em: 21 jun. 2015.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Lei de Execução Penal.** Lei Federal nº7.210, de julho de 1984. Brasília, 1994.

Conferência de Direitos Humanos - Viena – 1993 Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>> Acesso em 8 de abril de 2015.

CRAIDY, Carmem Maria. Considerações finais a partir da experiência do seminário sobre educação em prisões promovido por iniciativa da UFRGS. . In: CRAIDY, Carmem Maria. **Educação em Prisões: Direito e Desafio.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010 p.

CUNHA, Aline Lemos da. Algumas reflexões sobre os sujeitos da educação de jovens e adultos. In: GODINHO, Ana Claudia Ferreira (orgs) Et al. **Entre imagens e palavras: práticas e pesquisas na EJA.** Porto Alegre: Editora Panorama Crítico, 2012.p.

CUNHA, Elizangela Lelisda. 2010. **Ressocialização: O desafio da educação no sistema prisional feminino.** Cad. Cedes, Campinas, v.30, n.81, p.157-178, maio/agosto. 2010

DIAS, Maria da Penha Risola. 2010. Educação nas Prisões. In: YAMAMOTO, Aline; In: YAMAMOTO, Aline et al. (org) **Cereja Discute: Educação em Prisões.** São Paulo: AlfaSol; Cereja. p. 62-64

DRIGO, Sonia Regina Arrojo. 2010. Dignidade Humana, educação e mulheres encarceradas. In: YAMAMOTO, Aline et al. (org) **Cereja Discute: Educação em Prisões**. São Paulo: AlfaSol; Cereja. p.65-67

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2013.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. 2010. A educação como direito. In: YAMAMOTO, Aline et al. (org) **Cereja Discute: Educação em Prisões**. São Paulo: AlfaSol; Cereja. p. 41-44

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In.: BAUER, Martin W., \_\_\_\_\_. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 5.ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2002. p. 64-89.

GRACIANO, Mariângela. 2010. As mulheres e a educação nas prisões. In: YAMAMOTO, Aline et al. (org) **Cereja Discute: Educação em Prisões**. São Paulo: AlfaSol; Cereja. p.59-61

Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito. Impresso

IRELAND, Timothy D.2011. **Anotações sobre a educação em prisões: Direito, contradições e desafios**. In: IRELAND, Timothy D.et al (org) **Em aberto**. Brasília: Inep/MEC. p. 19-39

IRELAND, Timothy D. e LUCENA, Helen Halinne Rodrigues de. **O Presídio Feminino como Espaço de Aprendizagens**. 2013. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, p.113-136.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Educação e trabalho como programas de “reinserção social”. In: **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas**.Orgs: LOURENÇO, Arlindo da Silva e ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. São Carlos: EDUFSCar, 2011. p.191-222

LAGARDE, Marcela y De Los Rios. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas u locas**. 4ed. Coyoacán: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MONTEMEZZO, Elaine Luiza Foss. **DOCÊNCIA COMPARTILHADA NAS TOTALIDADES INICIAIS DA EJA: um olhar sob a perspectiva da Educação Popular**. (Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2º semestre 2014. Disponível em: impresso

PAIVA, Jane. 2011. **Conteúdos e Metodologia: a prática docente no cárcere**. In: Salto para o futuro. MEC p. 49-59

Programa Mulheres Mil. Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/>> Acesso em: 21 jun.2015.

PRONATEC. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/>> Acesso em: 21 jun.2015.

RIGO, Luivânia Salete. **A DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO DAS AGENTES PENITENCIÁRIAS NO “MADRE PELLETIER”**. (Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: impresso

SILVA, Andréia Carvalho da. **DESCOBRINDO OS LIMITES DA MINHA FORMAÇÃO POR MEIO DO ENSINO DE QUÍMICA DENTRO DE UMA PENITENCIÁRIA FEMININA**. (Trabalho de Conclusão de Curso- Licenciatura em Química) Instituto de Química, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2º semestre 2014. Disponível em: impresso

SUSEPE. Disponível em: <<http://www.susepe.rs.gov.br/>> Acesso em: 21 jun.2015.

## **ANEXOS**

## ANEXO A



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO\*

Convidamos a/o Sra/o \_\_\_\_\_,

RG: \_\_\_\_\_, para participar do Trabalho de Conclusão de Curso **da estudante Daniele Adriana Braz, RG: \*\*\*\*\***, sob a orientação da professora Dra. Aline Lemos da Cunha Della Libera, RG: \*\*\*\*\*, a qual pretende discutir a Educação Prisional. Sua participação é voluntária e se dará por meio de conceder uma entrevista que será gravada em áudio. Se você aceitar participar, estará contribuindo para as problematizações que realizamos sobre a Educação Prisional e Educação de Mulheres bem como a qualificação profissional para as que estão em situação de prisão. Se depois de consentir em sua participação a/o Sra/o. desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. A/o Sra/o. não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, a Sra. poderá entrar em contato pelo telefone (51) 33084130.

#### *Consentimento Pós-Informação*

Eu, \_\_\_\_\_, fui informada/o sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei qualquer compensação e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador

Telefone para contato:

e-mail:

\* o original encontra-se assinado



## ANEXO B



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS

### TERMO DE CONSENTIMENTO \*

Senhor/a Diretor/a,

Apresentamos a Vossa Senhoria a estudante universitária DANIELE ADRIANA BRAZ, RG nº \*\*\*\*\* regularmente matriculada na disciplina EDU 03082 – Reflexão sobre a prática docente – EJA do curso de Pedagogia desta Universidade e, ao mesmo tempo, solicitamos sua permissão para que a mesma realize suas atividades de pesquisa empírica junto à Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

Esclarecemos igualmente que tais atividades consistem na realização de uma entrevista com duas apenadas que participaram como alunas do Curso de Maquiagem Artística e Estética (IFRS – UFRGS) e uma agente penitenciária, as quais visam oportunizar elementos para a escrita de seu trabalho de conclusão de curso sobre a EJA prisional, qualificando sua formação diante de desafios e possibilidades que a prática educativa coloca.

Agradecendo antecipadamente a compreensão de Vossa Senhoria e a disposição em proporcionar que a estudante possua informações e subsídios para estudos da disciplina, despedimo-nos.

Atenciosamente,

Profa Dra Aline Lemos da Cunha Della Libera

Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG de número \_\_\_\_\_, aceito que seja realizada a pesquisa sobre Educação Prisional, ( ) estando de acordo/ ( ) não estando de acordo que o nome da Instituição seja citado. Estou ciente que esta pesquisa será desenvolvida pela pesquisadora Daniele Adriana Braz, graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação da professora dra Aline Lemos da Cunha.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Diretor (a) ou Responsável

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Telefone para contato:

\* o original encontra-se assinado

## **APÊNDICES**

GRAU DE INSTRUÇÃO	QUANTIDADE	%
Alfabetizado	1.633	5,22
Analfabeto	963	3,08
Ens. Fund. Incompleto	19.474	62,24
Ens. Fundamental	3.692	11,80
Ens. Médio Incompleto	3.135	10,02
Ensino Médio	1.968	6,29
Não Informado	55	0,18
Superior Incompleto	258	0,82
Superior	112	0,36
<b>TOTAL</b>	<b>31.290</b>	<b>100,00</b>

